

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	62
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	500.165
Preferenciais	0
Total	500.165
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1	Ativo Total	1.567.223	1.631.708	1.613.595
1.01	Ativo Circulante	90.728	162.033	154.876
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.233	95.431	80.437
1.01.02	Aplicações Financeiras	44.022	47.325	57.577
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	44.022	47.325	57.577
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras - conta reserva	43.068	38.968	57.577
1.01.02.01.04	Aplicações financeiras	954	8.357	0
1.01.03	Contas a Receber	16.904	17.017	15.805
1.01.03.01	Clientes	16.904	17.017	15.805
1.01.06	Tributos a Recuperar	522	455	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	522	455	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	655	849	660
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	392	956	397
1.01.08.03	Outros	392	956	397
1.01.08.03.01	Outros créditos	345	864	376
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	47	92	21
1.02	Ativo Não Circulante	1.476.495	1.469.675	1.458.719
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.157	29.585	26.428
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.489	2.947	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.489	2.947	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	26.668	26.638	26.428
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	26.668	26.638	26.428
1.02.03	Imobilizado	9.308	10.014	8.006
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.308	10.014	8.006
1.02.04	Intangível	1.438.030	1.430.076	1.424.285
1.02.04.01	Intangíveis	1.438.030	1.430.076	1.424.285
1.02.04.01.02	Intangível	1.438.030	1.430.076	1.424.285

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2	Passivo Total	1.567.223	1.631.708	1.613.595
2.01	Passivo Circulante	256.842	212.348	175.144
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.490	2.724	3.519
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.490	2.724	3.519
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.490	2.724	3.519
2.01.02	Fornecedores	6.013	5.113	3.855
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.013	5.113	3.855
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.224	3.407	3.494
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.224	3.407	3.494
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.224	3.407	3.494
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	169.159	148.526	127.173
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	23.792	34.920	34.888
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	23.792	34.920	34.888
2.01.04.02	Debêntures	144.679	113.351	92.285
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	688	255	0
2.01.05	Outras Obrigações	37.050	10.233	14.270
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	27.472	2.543	2.829
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	21.837	2.397	2.096
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.635	146	733
2.01.05.02	Outros	9.578	7.690	11.441
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.136	6.840	10.455
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	442	460	445
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.000	390	541
2.01.06	Provisões	36.906	42.345	22.833
2.01.06.02	Outras Provisões	36.906	42.345	22.833
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	337	6.681	6.681
2.01.06.02.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	0	7.994	6.551
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	36.569	27.670	9.601
2.02	Passivo Não Circulante	692.698	829.351	856.541

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	487.092	621.059	671.651
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	30.506	52.673	85.301
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	30.506	52.673	85.301
2.02.01.02	Debêntures	456.410	568.307	586.350
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	176	79	0
2.02.02	Outras Obrigações	160.686	155.262	148.310
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	156.172	151.043	142.317
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	156.172	151.043	142.317
2.02.02.02	Outros	4.514	4.219	5.993
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	4.514	4.219	5.993
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0	13.663
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	13.663
2.02.04	Provisões	44.920	53.030	22.917
2.02.04.02	Outras Provisões	44.920	53.030	22.917
2.02.04.02.04	Provisões para construção de obras futuras	4.062	0	0
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	35.519	47.829	19.890
2.02.04.02.06	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	5.339	5.201	3.027
2.03	Patrimônio Líquido	617.683	590.009	581.910
2.03.01	Capital Social Realizado	500.165	496.455	496.455
2.03.01.01	Subscrito	500.165	496.455	496.455
2.03.02	Reservas de Capital	486	486	486
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	486	486	486
2.03.04	Reservas de Lucros	117.032	93.068	84.969
2.03.04.01	Reserva Legal	12.579	10.663	9.085
2.03.04.10	Orçamento de capital	104.453	82.405	75.884

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	296.763	343.687	335.392
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-157.448	-196.025	-176.045
3.03	Resultado Bruto	139.315	147.662	159.347
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.626	-18.678	-19.007
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-20.626	-18.678	-19.007
3.04.05.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.643	-19.002	-19.004
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Líquidas	17	324	-3
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	118.689	128.984	140.340
3.06	Resultado Financeiro	-64.327	-84.040	-83.587
3.06.01	Receitas Financeiras	2.780	7.757	12.559
3.06.02	Despesas Financeiras	-67.107	-91.797	-96.146
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	54.362	44.944	56.753
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-16.042	-13.388	-17.522
3.08.01	Corrente	-15.584	-29.998	-15.164
3.08.02	Diferido	-458	16.610	-2.358
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	38.320	31.556	39.231
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	38.320	31.556	39.231
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,07719	0,06356	0,08236

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	38.320	31.556	39.231
4.03	Resultado Abrangente do Período	38.320	31.556	39.231

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	143.367	177.344	169.314
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	179.482	230.710	211.349
6.01.01.01	Prejuízo (Lucro) Líquido	38.320	31.556	39.231
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	33.297	37.607	46.348
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e do intangível	140	446	2.543
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária sobre financiamentos, empréstimos, debêntures e arrendamentos	52.971	72.579	83.012
6.01.01.05	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	1.066	3.376	1.059
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	599	779	519
6.01.01.07	Provisão para manutenção	20.841	51.682	12.411
6.01.01.08	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	7.711	7.627	2.857
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-96	97	4
6.01.01.10	Tributos diferidos	458	-16.610	2.358
6.01.01.11	Juros sobre contrato de mútuo	6.034	10.266	10.223
6.01.01.12	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-1.041	-2.648	-3.663
6.01.01.13	Plano de opções com base em ações	0	0	6
6.01.01.15	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-26	-52	-143
6.01.01.16	Capitalização de juros	-696	-1.032	-5.213
6.01.01.17	Obrigações com Poder Concedente	4.320	5.039	4.633
6.01.01.19	Provisão para imposto de renda e contribuição social	15.584	29.998	15.164
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-36.115	-53.366	-42.035
6.01.02.01	Clientes	209	-1.309	486
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-67	-455	17
6.01.02.03	Despesas antecipadas	194	-189	-5
6.01.02.04	Outros créditos	519	-488	1.088
6.01.02.05	Fornecedores	900	1.258	-9.142
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	766	-795	-383
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	817	-87	-2.144
6.01.02.08	Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	-1.527	-1.981	-1.359
6.01.02.09	Outras contas a pagar	905	-1.925	-243

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.02.10	Partes relacionadas	24.974	-357	-3.159
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-23.578	-28.555	-10.084
6.01.02.12	Depositos Judiciais	-4	-158	-234
6.01.02.13	Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras	-35.885	-13.301	-12.273
6.01.02.14	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-4.338	-5.024	-4.600
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-31.827	-44.380	-55.696
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.870	-4.618	-2.758
6.02.02	Aquisição de intangível	-34.301	-39.762	-52.938
6.02.03	Aplicações financeiras - conta reserva	-3.059	0	0
6.02.04	Aplicações financeiras	7.403	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-178.738	-117.970	-145.760
6.03.01	Captação de debêntures	0	50.000	0
6.03.02	Aumento de capital	0	0	20.675
6.03.03	Aplicações financeiras	0	-8.357	0
6.03.04	Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-103.602	-80.848	-78.805
6.03.05	Aplicações financeiras - conta reserva	0	21.257	3.589
6.03.06	Partes relacionadas - mútuo	-905	-1.540	-1.533
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-9.350	-11.110	-10.919
6.03.08	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-64.881	-71.410	-58.093
6.03.09	Capitalização orçamento de capital	0	0	-20.674
6.03.10	Reversão orçamento de capital	0	-15.962	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-67.198	14.994	-32.142
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	95.431	80.437	112.579
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.233	95.431	80.437

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	496.455	486	93.068	0	0	590.009
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	496.455	486	93.068	0	0	590.009
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.710	0	-5.255	-9.101	0	-10.646
5.04.06	Dividendos	0	0	-1.545	-2.666	0	-4.211
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-6.435	0	-6.435
5.04.10	Capitalização de orçamento de capital	3.710	0	-3.710	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38.320	0	38.320
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38.320	0	38.320
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	29.219	-29.219	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	29.219	-29.219	0	0
5.07	Saldos Finais	500.165	486	117.032	0	0	617.683

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	496.455	486	84.969	0	0	581.910
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	496.455	486	84.969	0	0	581.910
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	6.521	-29.978	0	-23.457
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-3.130	0	-3.130
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.365	0	-4.365
5.04.08	Reserva de Orçamento de capital	0	0	22.483	-22.483	0	0
5.04.09	Orçamento de capital	0	0	-15.962	0	0	-15.962
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	31.556	0	31.556
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	31.556	0	31.556
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.578	-1.578	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.578	-1.578	0	0
5.07	Saldos Finais	496.455	486	93.068	0	0	590.009

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	475.780	480	78.712	0	0	554.972
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	475.780	480	78.712	0	0	554.972
5.04	Transações de Capital com os Sócios	20.675	6	4.296	-37.270	0	-12.293
5.04.01	Aumentos de Capital	20.675	0	0	-24.970	0	-4.295
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6	0	0	0	6
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.300	0	-12.300
5.04.08	Orçamento de Capital	0	0	24.970	0	0	24.970
5.04.10	Capitalização de orçamento de capital	0	0	-20.674	0	0	-20.674
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	39.231	0	39.231
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.231	0	39.231
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.961	-1.961	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.961	-1.961	0	0
5.07	Saldos Finais	496.455	486	84.969	0	0	581.910

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	321.709	372.737	362.115
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	276.900	321.783	294.912
7.01.02	Outras Receitas	11.079	13.804	13.972
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	33.730	37.150	53.231
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-119.817	-150.277	-123.528
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-104.041	-136.362	-110.602
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-15.776	-13.915	-12.926
7.03	Valor Adicionado Bruto	201.892	222.460	238.587
7.04	Retenções	-33.297	-37.607	-46.677
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.297	-37.607	-46.655
7.04.02	Outras	0	0	-22
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	168.595	184.853	191.910
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.742	8.061	12.559
7.06.02	Receitas Financeiras	2.780	7.757	12.559
7.06.03	Outros	-38	304	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	171.337	192.914	204.469
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	171.337	192.914	204.469
7.08.01	Pessoal	24.524	25.511	23.066
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.307	18.782	16.272
7.08.01.02	Benefícios	6.255	5.700	5.700
7.08.01.03	F.G.T.S.	962	1.029	1.094
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	40.933	42.420	44.183
7.08.02.01	Federais	26.553	25.650	28.753
7.08.02.03	Municipais	14.380	16.770	15.430
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	67.560	93.427	98.118
7.08.03.01	Juros	44.291	55.292	58.837
7.08.03.02	Aluguéis	453	1.631	1.381
7.08.03.03	Outras	22.816	36.504	37.900
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	38.320	31.556	39.102

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	6.435	4.365	12.300
7.08.04.02	Dividendos	2.666	3.130	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	29.219	24.061	26.802

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. ("Ecopistas" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

Sempre atenta às necessidades operacionais e à segurança viária, a Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, concessionária que administra o conjunto de pistas de rolamento do corredor rodoviário Ayrton Senna e Carvalho Pinto, atua com foco na qualidade e na eficiência dos serviços prestados, fruto de um planejamento estratégico preciso e rigoroso, desenvolvido pelo grupo Ecorodovias.

Atenta às necessidades operacionais e de segurança viária, a Ecopistas, concessionária que administra o corredor rodoviário Ayrton Senna/Carvalho Pinto, constituída em 27 de abril de 2009, atua com foco na qualidade e eficiência dos serviços prestados aos usuários, fruto de um planejamento estratégico preciso e rigoroso, desenvolvido pelo Grupo EcoRodovias.

Ao longo de mais de dez anos de administração, a concessionária alcançou resultados expressivos com a implementação de uma série de melhorias no corredor rodoviário. Dentre elas, destacamos a construção da sexta faixa de rolamento da rodovia Ayrton Senna, no sentido do interior, entre o km 11 e o km 19, concluída em 2015. A nova configuração proporcionou o aumento da capacidade de tráfego e garantiu mais fluidez e conforto aos motoristas que têm como destino, principalmente, o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Destacamos também, com objetivo de proporcionar maior mobilidade e acesso ao litoral norte paulista, à região do vale do Paraíba e ao estado do Rio de Janeiro, a implantação do prolongamento da rodovia Carvalho Pinto, que permitiu acesso direto para a rodovia Oswaldo Cruz (SP-125).

Ainda, como referência no setor de rodovias, o corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto foi eleito em 2019 o 3ª melhor do país, de acordo com a pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) sobre Rodovias.

A companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecopistas agradece a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 73.415 mil em 2020, redução de 16,1% em relação a 2019. O tráfego de veículos leves apresentou redução de 18,3% devido às medidas de isolamento social adotadas por Estados e Municípios no combate ao Covid-19 a partir da segunda quinzena de março. O tráfego de veículos pesados apresentou redução de 10,7% devido, principalmente, ao arrefecimento da produção industrial na região.

Em junho de 2020, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a postergação, em 4 meses, da atualização contratual anual das tarifas de pedágio para as rodovias estaduais paulistas que estava prevista para ser aplicada em 01 de julho, incluindo a Ecopistas. Em 30 de outubro, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a aprovação do reajuste das tarifas de pedágio com aumento de 1,9% referente a variação do IPCA, que passou a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$321,7 milhões em 2020, redução de 13,7% em relação ao ano anterior, devido, principalmente a redução do tráfego de veículos. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$25,0 milhões, 14,1% inferior a 2019.

Receita de Pedágio: R\$276,9 milhões em 2020, redução de 13,9%, devido à diminuição do tráfego de veículos em função das medidas de isolamento social adotadas a partir da segunda quinzena de março.

Receita Acessória: R\$11,1 milhões em 2020, redução de 19,7%, em função da diminuição da receita com fibra ótica.

Receita de Construção: R\$33,7 milhões em 2020, redução de 9,2%, devido à conclusão das obras na rodovia.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide Nota Explicativa nº 23 da Demonstração Financeira da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$296,8 milhões em 2020. Excluindo a receita de construção, a receita líquida pró-forma totalizou R\$263,0 milhões, redução de 14,2% em relação a 2019.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$178,1 milhões em 2020, redução de 17,2% em relação a 2019. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$90,2 milhões, aumento de 1,8%. As principais variações foram:

Pessoal: R\$24,5 milhões em 2020, redução de 3,9%, devido principalmente, à redução salarial e jornada de trabalho nos meses de maio e junho de 2020 de acordo com a adesão à Lei nº 14.020 e menos custos com reclamações trabalhistas.

Conservação e Manutenção: R\$7,1 milhões em 2020, redução de R\$1,5 milhões, em função principalmente na redução de custos com serviços de limpeza manual e ressarcimento de danos ao patrimônio.

Serviços de terceiros: R\$44,5 milhões em 2020, aumento de 16,0%, devido ao incremento devido, principalmente, aos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS.

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$6,1 milhões em 2020, redução de 23,7%, em função da diminuição da parcela variável ao Poder Concedente devido ao menor volume de tráfego de veículos.

Outros: R\$8,0 milhões em 2020, redução de 1,8% impactado positivamente pelo registro de provisões para contingências cíveis em 2019.

Depreciação e Amortização: R\$33,3 milhões em 2020, redução de 11,5%, devido à atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis em função dos impactos da pandemia do COVID-19.

Provisão para manutenção: R\$20,8 milhões em 2020, redução de R\$30,8 milhões, devido a adequação do cronograma de obras.

Custo de construção de obras: R\$33,7 milhões em 2020, redução de 9,2%, em função da conclusão das obras na rodovia.

Para mais informações sobre os custos operacionais e despesas administrativas, vide Nota Explicativa nº 24 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2020, o EBITDA totalizou R\$152,0 milhões. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$172,8 milhões, redução 20,8% em relação a 2019 (margem EBITDA de 65,7%).

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$64,3 milhões, redução de 23,5% em relação ao ano anterior, impactado principalmente pelo menor índice na taxa de juros sobre debêntures e juros sobre mútuo atualizados pelo CDI.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 25 da Demonstração Financeira.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2020, a Ecopistas apresentou lucro líquido de R\$38,3 milhões, aumento de 21,4% em relação ao resultado de 2019.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou dezembro de 2020 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no valor de R\$72,3 milhões e dívida bruta, composta de empréstimos e financiamentos e debêntures, no valor de R\$655,4 milhões, sendo 74,3% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente era de R\$0,4 milhão e de Arrendamentos de R\$0,9 milhão.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$583,1 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Pró-forma em 3,4x.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº14 e nº15 da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

O *capex* realizado pela Companhia totalizou R\$72,8 milhões em 2020 referente, principalmente, às obras de manutenção e conservação de pavimento.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2019: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2020 totalizaram R\$79,8 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2020.

Itaquaquecetuba, 10 de março de 2021.

A Administração

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Bairro Rio Abaixo, no município de Itaquaquecetuba-SP. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 09 de março de 2021.

a) IMPACTOS COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus ("COVID-19") constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os governos passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo.

As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, o Governo publicou através de decretos e medidas provisórias diversas medidas de auxílio econômico e financeiro. A maior parte dessas medidas, tem caráter temporário e servirão para mitigar os impactos da pandemia para os próximos meses.

A Companhia adotou as seguintes medidas:

- Postergação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"), conforme previsto nos artigos 19 e 20 da Medida Provisória nº 927, publicada em 22

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de março de 2020, referente às competências de março, abril e maio, pagos a partir de julho de 2020 e parcelados em até seis (6) vezes, de julho até dezembro de 2020;

- Adesão da Medida Provisória nº 936, publicada em 01 de abril de 2020, convertida na Lei nº 14.020, publicada em 7 de julho de 2020, com redução salarial e jornada de trabalho em até 40% nos meses de maio e junho de 2020;
- Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 932, publicada em 31 de março de 2020;
- Utilização do fundo inominado da Previdência Privada para pagar as faturas do benefício de maio a agosto de 2020;
- Postergação do recolhimento do Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") relativos à competência março e abril para os meses de setembro e outubro/2020, respectivamente, conforme portaria nº 139 do Ministério da Economia publicada em 3 de abril de 2020;
- Postergação do recolhimento do Imposto Sobre Serviços ("ISS") em conformidade com os decretos divulgados de cada município; e
- Adesão ao *standstill* do BNDES aprovado em março de 2020 como medida socioeconômica de execução imediata com a suspensão temporária por um prazo de até 6 (seis) meses de amortizações de empréstimos contratados.

A Administração da Companhia não pode prever a extensão e a duração das medidas adotadas pelo governo no país, portanto, não pode prever todos os impactos diretos e indiretos da COVID-19 nos resultados operacionais e condição financeira, incluindo:

- desempenho da demanda de tráfego de veículo de passeio e comercial;
- o impacto nos custos ou no acesso a capital e recursos de financiamento e na capacidade de cumprir os *covenants* dos contratos de crédito; e
- incorrerá em contingências relevantes relacionadas à COVID-19.

No entanto, com base nas incertezas mencionadas acima, a Companhia vem monitorando a evolução da pandemia causada pelo COVID-19. A controlada indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística ("EIL") criou comitês de crise, incluindo pessoas chaves para monitorar, analisar e decidir as ações para minimizar os impactos, garantindo a continuidade das operações e promovendo principalmente a saúde e segurança para todos os colaboradores envolvidos em suas operações, bem como a adoção do trabalho remoto para todos os funcionários que possam realizar suas atividades fora das instalações da Companhia.

O Grupo EcoRodovias vem contando com empresas parceiras para ação de apoio aos caminhoneiros. Estas empresas parceiras juntaram-se as concessionárias para ampliar o atendimento que já vinha sendo feito aos caminhoneiros desde o início da pandemia, a ação conta com distribuição de marmitas, entrega de kits de higiene contendo sabonete, álcool gel, luvas e máscaras de proteção, e doação de alimentos não perecíveis.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os itens têm sido entregues nas bases de atendimento aos usuários, postos policiais e em postos de serviço instalados ao longo das rodovias

As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

Na data base de 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou teste de *impairment* (Vide Nota Explicativa nº 12) e não identificou impacto nos resultados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 25).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 12, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos.

f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajutados anualmente baseados no contrato de concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômico futuro fluirá para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de tráfegos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

g) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2020 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2)) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (<i>Conceptual Framework</i>) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRS e sua adoção não provocou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

h) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 17 – Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<p>Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como Circulantes ou não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)</p>	<p>As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.</p>	<p>A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Alterações à IFRS 3 – Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)</p>	<p>As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).</p>	<p>A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Alterações à IAS 16 – Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)</p>	<p>As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 – Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.</p>	<p>A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)</p>	<p>As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.</p>	<p>A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.</p>

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)

As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controlada para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controlada adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. IFRS 16 – Arrendamentos: A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. IAS 41 – Agricultura: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.

A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

i) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

j) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

k) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01 Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Capitalização dos custos dos empréstimos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.e, o Grupo capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida individualmente em cada concessionária, dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Provisão para manutenção e construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 9,36% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas Explicativas nº 18 e nº 19.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 20.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

As normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2020 não tem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	2.719	4.593
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	20.665	86.250
Operações compromissadas (b)	1.628	-
Aplicações automáticas (c)	<u>3.221</u>	<u>4.588</u>
	<u>28.233</u>	<u>95.431</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

Em virtude do cenário declarado pela OMS em março de 2020 o surto do COVID-19 e visto que os governos têm tomado medidas restritivas, cujo potencial de afetar a economia é significativo as incertezas do mercado econômico, a companhia preservando a transparência e o conservadorismos dos ativos financeiros e visando a gestão de caixa

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

passou por uma revisão nas aplicações financeiras, readequando a carteira do fundo de investimento para assegurar o caixa da Companhia.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2020 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,6% em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,4% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7). (Em 31 de dezembro de 2019 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas, 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 101,0% em 31 de dezembro de 2020 (98,0% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa 75% do CDI em 31 de dezembro de 2020, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.

Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Recursos não vinculados	954	8.357
	<u>954</u>	<u>8.357</u>

Os recursos referem-se a aplicações financeiras em LTN *over* (Letras do Tesouro Nacional) remunerado à taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. As referidas aplicações possuem liquidez imediata.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS

As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fundo de investimento	43.068	38.968
	<u>43.068</u>	<u>38.968</u>

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019****(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa de 138,0% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (96,5% em 31 de dezembro de 2019) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

9. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	31/12/2020	31/12/2019
Pedágio eletrônico (a)	16.256	15.896
Receitas acessórias (b)	294	861
Outras contas a receber	490	492
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(136)	(232)
	<u>16.904</u>	<u>17.017</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	16.906	15.804
Vencidos:		
Até 30 dias	4	974
De 31 a 90 dias	8	235
De 90 a 120 dias	10	4
Acima de 120 dias	112	232
	<u>17.040</u>	<u>17.249</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	232	135
Valores recuperados e baixados	(251)	-
Constituição de PECLD	155	97
Saldo no fim do exercício	<u>136</u>	<u>232</u>

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cível	369	144
Tributário	365	362
Trabalhista	2.180	2.413
Desapropriações	23.754	23.719
	<u>26.668</u>	<u>26.638</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgados na Nota Explicativa nº 21 Provisão para Perdas Cíveis e Trabalhistas.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do exercício	26.638	26.428
Adições	424	539
Baixas	(420)	(381)
Atualização monetária	26	52
Saldo no fim do exercício	<u>26.668</u>	<u>26.638</u>

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	3,4	9,4	7,1	12,7	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2019	58.913	3.469	1.890	421	64.693
Adições	1.589	200	73	8	1.870
Baixas	(5)	-	(1)	-	(6)
Transferências	(7)	(10)	(11)	-	(28)
Saldos em 31/12/2020	60.490	3.659	1.951	429	66.529
DEPRECIÇÃO					
Saldos em 31/12/2019	(51.729)	(1.249)	(1.333)	(368)	(54.679)
Adições	(2.025)	(334)	(136)	(54)	(2.549)
Baixas	5	-	1	-	6
Transferências	1	-	-	-	1
Saldos em 31/12/2020	(53.748)	(1.583)	(1.468)	(422)	(57.221)
RESIDUAL					
Em 31/12/2020	6.742	2.076	483	7	9.308
Em 31/12/2019	7.184	2.220	557	53	10.014

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	3,5	9,2	9,3	34,7	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2018	55.216	2.615	1.823	421	60.075
Adições	3.697	854	67	-	4.618
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	58.913	3.469	1.890	421	64.693
DEPRECIÇÃO					
Saldos em 31/12/2018	(49.716)	(970)	(1.161)	(222)	(52.069)
Adições	(2.013)	(279)	(172)	(146)	(2.610)
Saldos em 31/12/2019	(51.729)	(1.249)	(1.333)	(368)	(54.679)
RESIDUAL					
Em 31/12/2019	7.184	2.220	557	53	10.014
Em 31/12/2018	5.500	1.645	662	199	8.006

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não forma identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Contrato de concessão (ii)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	11,6	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2019	1.694.342	12.776	2.953	440	1.710.511
Adições	24.533	11.834	270	-	36.637
Baixas	(140)	-	-	(2)	(142)
Transferências	5.824	(5.796)	-	-	28
Direito de uso CPC 06 (R2)	-	-	-	2.178	2.178
Saldos em 31/12/2020	1.724.559	18.814	3.223	2.616	1.749.212
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2019	(278.265)	-	(1.950)	(220)	(280.435)
Adições	(28.827)	-	(357)	(1.564)	(30.748)
Baixas	-	-	-	2	2
Transferências	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2020	(307.093)	-	(2.307)	(1.782)	(311.182)
RESIDUAL					
Em 31/12/2020	1.417.466	18.814	916	834	1.438.030
Em 31/12/2019	1.416.077	12.776	1.003	220	1.430.076

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Contrato de concessão	Intangível em andamento	Softwares de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(ii)	-	11,6	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2018	1.654.066	13.151	2.506	-	1.669.723
Adições	29.701	10.646	447	-	40.794
Baixas	(431)	(15)	-	-	(446)
Transferências	11.006	(11.006)	-	-	-
Direito de uso CPC 06 (R2)	-	-	-	440	440
Saldos em 31/12/2019	1.694.342	12.776	2.953	440	1.710.511
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2018	(243.806)	-	(1.632)	-	(245.438)
Adições	(34.459)	-	(318)	(220)	(34.997)
Saldos em 31/12/2019	(278.265)	-	(1.950)	(220)	(280.435)
RESIDUAL					
Em 31/12/2019	1.416.077	12.776	1.003	220	1.430.076
Em 31/12/2018	1.410.260	13.151	874	-	1.424.285

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como reabilitação e conservação de pavimento e sinalização da Carvalho Pinto.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2020 foram 1,68% (2,39% em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tais como recuperação e consultoria de apoio de ampliação e conservação às obras especiais e recuperação de passivos ambientais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram capitalizados R\$696 referentes a encargos financeiros (R\$1.032 em 31 de dezembro de 2019) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção do resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*) e as perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado considerando alavancagem média e betas médios obtidos de amostras de empresas comparáveis à Companhia. Foi considerado "size premium" estimado com base no tamanho (*Equity Value*) da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. na data-base das análises, segundo *Market Capitalization* obtido do Capital IQ: WACC: 9,3% a.a. em termos nominais, após impostos. Com base nessa avaliação, a Companhia não identificou nenhum impacto no resultado.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	31/12/2020
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	1.632	61	(20)	1.673	41
Provisão para manutenção	25.575	9.708	(10.868)	24.415	(1.160)
AVP ônus Concessão	1.167	-	(280)	887	(280)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	31	8	(23)	16	(15)
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(21.522)	-	1.103	(20.419)	1.103
Juros capitalizados	(3.937)	(236)	77	(4.096)	(159)
Outros	1	12	-	13	12
IR e CS diferido - ativo/(passivo) (i)	2.947	9.553	(10.011)	2.489	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					(458)

(i) Em atendimento ao CPC 32 Tributos sobre o Lucro, item 73, registramos R\$2.489 no ativo não circulante.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2020	-	4.477
2021	4.215	4.477
2022	4.215	4.019
2023	3.767	4.018
2024	3.767	4.018
2025	3.767	(1.245)
Posteriores a 2025 (*)	<u>(17.242)</u>	<u>(16.817)</u>
	<u>2.489</u>	<u>2.947</u>

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	54.362	44.944
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<u>(18.483)</u>	<u>(15.281)</u>
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Lucros não realizados		
Gratificações/PPR diretores	(92)	(124)
Juros sobre o capital próprio	2.188	1.484
Despesas indedutíveis	(3)	(3)
Incentivos fiscais (PAT)	310	518
Outros	38	18
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(16.042)</u>	<u>(13.388)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(15.584)	(29.998)
Impostos diferidos	(458)	16.610
Taxa efetiva	29,5%	29,8%

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	7.994	6.551
Despesa IR/CS DRE	15.584	29.998
Total de IR/CS pagos	(23.578)	(28.555)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	-	7.994

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2020	31/12/2019
Em moeda nacional:				
Finem - BNDES	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	18.958	23.255
Finem - BNDES	06/2025	TJLP + 2,45% a.a.	35.340	64.338
			<u>54.298</u>	<u>87.593</u>
Circulante			23.792	34.920
Não circulante			30.506	52.673

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	87.593	120.189
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	6.378	10.168
Pagamento principal	(33.969)	(33.849)
Pagamento de juros	(5.704)	(8.915)
Saldo no fim do exercício	<u>54.298</u>	<u>87.593</u>

Garantia Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

Índices financeiros exigidos (i) a razão entre os patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos.

	Exigido	Medido
Índices financeiros		
(i) PL/passivo total	≥ 20%	39,41%
(ii) ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida (*)	≥ 1,20	1,05
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	3,38

(*) Índice amparado por carta fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	22.734
2022	11.870	11.646
2023	10.351	10.128
2024	5.061	5.001
2025	3.224	3.164
	<u>30.506</u>	<u>52.673</u>

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na Companhia são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	99.200	99.200	93.979	114 mensais
b	85.528	85.528	80.055	114 mensais
d	27.999	27.999	20.631	114 mensais
e	21.769	21.769	13.606	8 anuais
j	11.281	11.281	5.937	114 mensais
k	22.438	22.438	11.810	114 mensais
l	9.169	9.169	4.585	10 anuais
Total	<u>277.384</u>	<u>277.384</u>	<u>230.603</u>	

Ficam suprimidos os subcréditos "c", "f", "g", "h" e "i" e reduzido o valor de crédito do subcrédito "k", de R\$29.846 para R\$22.438.

15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2020	31/12/2019
1ª Emissão (a)	01/2023	IPCA+8,25%a.a.	86.675	104.899
1ª Emissão (a)	04/2022	IPCA+8,25%a.a.	56.525	60.875
1ª Emissão (a)	07/2022	IPCA+8,25%a.a.	55.391	99.722
1ª Emissão (a)	10/2022	IPCA+8,25%a.a.	54.255	77.863
2ª Emissão - Privada (b)	04/2026	105,0/105,5% CDI	348.243	338.299
			<u>601.089</u>	<u>681.658</u>
Circulante			144.679	113.351
Não circulante			456.410	568.307

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	681.658	678.635
Adições	-	50.000
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	46.490	61.790
Pagamento principal	(67.985)	(46.893)
Pagamento de juros	(59.074)	(61.874)
Saldo no fim do exercício	<u>601.089</u>	<u>681.658</u>

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, com atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022.

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

b) Em 14 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100.000 referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70.000 referentes a segunda série, R\$40.000 referentes a terceira série e R\$40.000 referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 18 de dezembro de 2019, houve a captação de R\$50.000 referentes a quinta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2021	-	-	-	127.388	(850)	126.538
2022	90.123	(203)	89.920	86.217	(203)	86.014
2023	18.247	(1)	18.246	17.456	-	17.456
2024	-	-	-	-	-	-
2025	203.268	(166)	203.102	197.512	(357)	197.155
2026	145.269	(127)	145.142	141.144	-	141.144
	<u>456.907</u>	<u>(497)</u>	<u>456.410</u>	<u>569.717</u>	<u>(1.410)</u>	<u>568.307</u>

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
1ª emissão	Patrimônio líquido/Passivo total	>20%	39,41%
	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥1,20x	1,48
	Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	≤5,5x	4,28
	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	<4,0x	3,38

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,70 a.a.
2ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,83 a.a.
3ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,76 a.a.
4ª série - 1ª emissão	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25% a.a.	14,66 a.a.
1ª série - 2ª emissão	14/07/2017	100.000	(171)	99.829	105,00% CDI	3,58 a.a.
2ª série - 2ª emissão	14/12/2017	70.000	(120)	69.880	105,5% CDI	3,28 a.a.
3ª série - 2ª emissão	14/12/2017	40.000	(69)	39.931	105,5% CDI	3,24 a.a.
4ª série - 2ª emissão	14/12/2017	40.000	(69)	39.931	105,5% CDI	3,21 a.a.
5ª série - 2ª emissão	18/12/2019	50.000	-	50.000	105,5% CDI	2,15 a.a.
		<u>670.000</u>	<u>(13.449)</u>	<u>656.551</u>		

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. ARRENDAMENTOS A PAGAR

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Obrigações brutas de arrendamentos – pagamentos mínimos de arrendamento:	<u>864</u>	<u>334</u>
Circulante	688	255
Não circulante	176	79

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo no início do exercício	334	-
Adoção inicial CPC 06 (R2)	-	440
Adições	2.178	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	103	621
Pagamento principal	(1.648)	(106)
Pagamento de juros	(103)	(621)
Saldo no fim do exercício	<u>864</u>	<u>334</u>

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	21.830	-	20.253	10.433
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	-	156.172	-	6.034
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	7	-	7	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (d)	Outras partes relacionadas	40	-	-	-	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	1.179	204	-	-	-
CBB Ind. E Com. Asfalto e Engenharia Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	13.039	2.443	-	-	-
Consórcio SP-070 (f)	Outras partes relacionadas	-	16.570	2.988	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020		47	30.788	27.472	156.172	20.253	16.467
Total em 31 de dezembro de 2019		92	8.531	2.543	151.043	17.523	19.166

- (a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$33.757 O saldo em aberto de R\$21.830 em 31 de dezembro de 2020 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. O mútuo será atualizado por 100% do CDI + 1,20% a.a. e seu vencimento final é 31 de março de 2025. Em 31 de dezembro de 2020, há um saldo em aberto de R\$156.172 (R\$151.043 em 31 de dezembro de 2019).
- (c) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (d) Referente a valor de depósito recursal ID 23669, depositado indevidamente na conta da Ecovias pelo escritório de advocacia.
- (e) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda e a TB Transportadora de Betumes Ltda, pertencentes aos acionistas da Crasa Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$78.281. O prazo para execução desses trabalhos é em 30 de março de 2024. O saldo em aberto de R\$2.647 em 31 de dezembro de 2020 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) O Consórcio SP-070, formado pelas partes relacionadas Crasa Infraestrutura S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviços de recuperação do pavimento ao longo do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, sob concessão da Companhia. O preço global firmado é de R\$55.940

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e o prazo final para execução destes serviços é 30 de junho de 2021. O saldo em aberto de R\$2.988 em 31 de dezembro de 2020 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento e pela direção e controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a). benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2020 em R\$1.113 (R\$1.942 em 31 de dezembro de 2019).

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Remuneração (fixa/variável)	677	1.197
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	27	181
Seguro de vida	3	3
Assistência saúde	74	67
Previdência privada	50	55
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	160	238
	<u>991</u>	<u>1.741</u>

18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de

Notas Explicativas**CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019****(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

9,36% ao ano, correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2020
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 24)	134.639	27.680	-	-	162.319
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 24)	(35.450)	(6.839)	-	-	(42.289)
Realização da manutenção	(43.270)	-	(31.963)	-	(75.233)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	19.580	-	-	7.711	27.291
	<u>75.499</u>	<u>20.841</u>	<u>(31.963)</u>	<u>7.711</u>	<u>72.088</u>
Circulante	27.670				36.569
Não circulante	47.829				35.519

	31/12/2018	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 24)	67.382	67.257	-	-	134.639
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 24)	(19.875)	(15.575)	-	-	(35.450)
Realização da manutenção	(29.969)	-	(13.301)	-	(43.270)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	11.953	-	-	7.627	19.580
	<u>29.491</u>	<u>51.682</u>	<u>(13.301)</u>	<u>7.627</u>	<u>75.499</u>
Circulante	9.601				27.670
Não circulante	19.890				47.829

19. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 10,73% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos e financiamentos em 2009, ano da constituição da provisão até 31 de dezembro de 2019. A partir de 01 de janeiro de 2020 a taxa de desconto corresponderá ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	Adição (efeito intangível)	Pagamento	31/12/2020
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	(3.793)	9.376
Efeito do valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Realização da construção	(6.489)	-	(129)	(6.618)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
Atualização monetária	-	1.640	-	1.640
	<u>6.681</u>	<u>1.640</u>	<u>(3.922)</u>	<u>4.399</u>
Circulante	6.681			337
Não circulante	-			4.062

	31/12/2018	Adição	Pagamento	31/12/2019
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Efeito do valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Realização da construção	(6.489)	-	-	(6.489)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	<u>6.681</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.681</u>
Circulante	6.681			6.681

20. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2020	31/12/2019
Parcelas variáveis	<u>442</u>	<u>460</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação do pedágio e receitas acessórias.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	460	445
Custo (vide Nota Explicativa nº 24)	4.320	5.039
Pagamento do principal	(4.338)	(5.024)
Saldo no final do exercício	<u>442</u>	<u>460</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2020, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Previsão de 2020 ao fim da concessão	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	52.859	53.712
Conservação especial (manutenção)	572.368	559.976
Equipamentos	250.481	240.588
	<u>875.708</u>	<u>854.276</u>

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas. A Fazenda Pública do Estado e a ARTESP recorreram da desta decisão em 11 de maio de 2018. Em 08/06/2020 acórdão do TJSP negou provimento ao recurso do Estado/ARTESP, que não recorreu da decisão (certidão de trânsito em julgado publicada em 18/08/2020). Em dezembro/2020 o processo administrativo referente ao reequilíbrio foi retomado pela Ecopistas junto à ARTESP.

21. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	2.504	2.697	5.201
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	734	332	1.066
(-) Pagamentos	(763)	(764)	(1.527)
(+) Atualização monetária	225	374	599
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>2.700</u>	<u>2.639</u>	<u>5.339</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.249	1.778	3.027
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.517	1.859	3.376
(-) Pagamentos	(651)	(1.330)	(1.981)
(+) Atualização monetária	389	390	779
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>2.504</u>	<u>2.697</u>	<u>5.201</u>

a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$58.032 em 31 de dezembro de 2020 (R\$53.432 em 31 de dezembro de 2019), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2020, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$2.695 (R\$4.446 em 31 de dezembro de 2019), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

c) Processos tributários

Em 31 de Dezembro de 2020, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$399 (R\$399 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$500.165 e em 31 de dezembro de 2019 era de R\$496.455, representados por 500.164.883 e 496.454.987 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, respectivamente.

Em 28 de dezembro de 2020 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$3.710 (três milhões, setecentos e dez mil reais), mediante a emissão, nesta data, de 3.709.897 (três milhões, setecentos e nove mil e oitocentos e noventa e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$510.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R\$12.579 (R\$10.663 em 31 de dezembro de 2019).

d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2020 é de R\$104.453 (R\$82.405 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$9.350 refere-se a: (i) R\$3.130 de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes do exercício de 2019, e (ii) 3.710 de juros sobre o capital próprio do exercício de 2019, ambos aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2020; (iii) R\$1.545 reversão de parte do orçamento de capital do ano de 2014, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015; e (ii) R\$965 de IRRF dos juros sobre o capital próprio (dos R\$6.435 contabilizados), do exercício de 2020, a serem ratificados na Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2020.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	38.320	31.556
Reserva legal (5%)	<u>(1.916)</u>	<u>(1.578)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>36.404</u>	<u>29.978</u>
Proposta da Administração:		
Juros sobre capital próprio	(6.435)	(4.365)
Orçamento de capital	(27.303)	(22.483)
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.666)	(3.130)

23. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	100.878	129.312
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	167.038	183.568
Vale-pedágio	8.604	8.903
Outras	380	-
	<u>276.900</u>	<u>321.783</u>
Receita de construção (b)	33.730	37.151
Receitas acessórias (c)	11.079	13.804
	<u>321.709</u>	<u>372.738</u>
Deduções de receita bruta	(24.946)	(29.051)
Receita líquida	<u>296.763</u>	<u>343.687</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	276.900	321.783
Receitas acessórias	11.079	13.804
	<u>287.979</u>	<u>335.587</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(8.639)	(10.068)
PIS (0,65%)	(1.872)	(2.181)
ISS (2% a 5%)	(14.380)	(16.781)
Abatimentos	(55)	(21)
	<u>(24.946)</u>	<u>(29.051)</u>

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	24.524	25.511
Conservação e manutenção	7.053	8.532
Serviços de terceiros (*)	44.536	38.393
Seguros	1.312	1.305
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 20)	4.320	5.039
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 18)	20.841	51.682
Custo de construção de obras	33.730	37.151
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 11 e 12)		
	33.297	37.607
Locação de imóveis e máquinas	453	1.631
Outros custos e despesas operacionais	8.025	8.176
	<u>178.091</u>	<u>215.027</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	157.448	196.025
Despesas gerais e administrativas	20.643	19.002
	<u>178.091</u>	<u>215.027</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	2.554	6.730
Variação monetária sobre créditos fiscais	26	52
Variação monetária sobre debêntures	-	944
Outras	200	31
	<u>2.780</u>	<u>7.757</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(23.433)	(30.173)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.538)	(8.993)
Juros sobre debêntures privadas	(9.879)	(17.159)
Variação monetária sobre debêntures	(11.858)	(13.934)
Amortização de custos das debêntures	(1.320)	(1.468)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(840)	(1.175)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção (Vide Nota Explicativa nº 18)	(7.711)	(7.627)
Juros capitalizados	696	1.032
Juros sobre contrato de mútuo	(6.034)	(10.266)
Juros arrendamentos a pagar - CPC 06 (R2)	(103)	(621)
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(300)	(361)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(599)	(779)
Outros	(188)	(273)
	<u>(67.107)</u>	<u>(91.797)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(64.327)</u>	<u>(84.040)</u>

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	38.320	31.556
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	496.485	496.455
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,08</u>	<u>0,06</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que suas controladas possam manter com suas atividades normalmente, bem como maximizar o retorno a todas as partes interessadas, ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Dívida (a)	656.693	770.045
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados	<u>(71.301)</u>	<u>(134.399)</u>
Dívida líquida	585.392	635.646
Patrimônio líquido (b)	<u>617.683</u>	<u>590.009</u>
Índice de endividamento líquido	0,95	1,08

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14, 15, 16 e 20.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas remunerados a taxa média ponderada de 124,4% do CDI em 31 de dezembro de 2020, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (97,6% do CDI em 31 de dezembro de 2019).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamentos a pagar, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Valor justo através do resultado	2.719	2.719
Clientes (i)	Custo amortizado	16.904	16.904
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (ii)	Valor justo através do resultado	69.536	69.536
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	6.013	6.013
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	54.298	46.842
Debêntures (iii)	Custo amortizado	601.089	599.700
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	864	864
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	442	442

- (i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, debêntures e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre da possibilidade de sofrerem redução de ganhos ou aumento das perdas por consequência de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A fim de mitigar os riscos de crédito a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$11.243 (R\$11.942 em 31 de dezembro de 2019), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	163.177	100.358	20.067	-
Debêntures Privadas	105,00% CDI	23.661	2.458	2.487	103.953
Debêntures Privadas	105,50% CDI	31.824	4.631	4.685	210.355
BNDES	105,50% CDI	6.768	6.320	5.870	3.139
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	19.547	7.744	5.770	5.836
Arrendamento a Pagar	Conforme contrato individual	688	176	-	-
		<u>245.665</u>	<u>121.687</u>	<u>38.879</u>	<u>323.283</u>

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	815	1.019	1.223
Debêntures (a)	Alta do CDI	(64.677)	(68.711)	(72.745)
Debêntures (b)	Alta do IPCA	(26.712)	(27.096)	(27.483)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(2.082)	(2.603)	(3.124)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da TJLP	(1.727)	(2.501)	(3.409)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(94.383)</u>	<u>(99.892)</u>	<u>(105.538)</u>

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	4,42%	5,53%	6,63%
IPCA (b)	4,01%	5,01%	6,02%
TJLP (c)	4,75%	5,94%	7,13%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Dezembro/2020

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

<u>Transação</u>	<u>31/12/2020</u>
Direito de uso – CPC 06 (R2)	2.178

29. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3 (f))

A Companhia reconhece sua receita de acordo com a utilização dos pedágios pelos usuários. Essas transações são de alto volume transacional (registra a transação por veículo e praça de pedágio) e são geradas por sistemas operacionais próprios que registram todas as transações por cabines e praças de pedágio.

Em relação ao preço, estes são pactuados nos contratos de concessão e sofrem reajustes anuais de acordo com cada contrato. Após o fechamento diário das operações pelas cabines de pedágio, o sistema integra as informações com os sistemas financeiros para o registro contábil das transações.

Essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita é complexo, uma vez que envolve alto volume de transações em localidades diferentes, e pela relevância no resultado do exercício.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a integração das informações do sistema operacional para o sistema financeiro e contábil.

Efetamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema operacional durante o exercício e o sistema financeiro, contábil e com os registros fiscais da Companhia.

Também aplicamos procedimentos de confirmação junto a terceiros para validar o volume de transações automáticas gerados no exercício, testamos a documentação do controle de caixa das cabines e, com base amostral, testamos as transações geradas de forma manual, onde o pagamento é realizado através de numerários.

Nossos procedimentos de auditoria demonstram que as informações divulgadas estão consistentes com os dados e documentos obtidos.

Redução do valor recuperável dos ativos não circulantes

Intangível das concessões

Os saldos de ativos intangíveis de concessão (Nota 12), representados pelos investimentos para a operação da concessão, são ativos não financeiros registrados ao custo amortizado pelo prazo da concessão. Esse saldo, que em 31 de dezembro de 2020 monta a R\$ 1.436 milhões, não deve exceder o valor líquido realizável.

A capacidade de recuperação desse ativo é baseada em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com

inerente alto grau de julgamento. Entre os pressupostos que mais impactam o valor recuperável constam as projeções dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários extraordinários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de nossa auditoria pela relevância dos valores, associado ao fato que envolve julgamentos significativos da administração da Companhia. Entre outros procedimentos, e com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, efetuamos o entendimento dos controles internos para a elaboração e revisão das premissas adotadas pela administração para a determinação do valor recuperável. Adicionalmente, testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários extraordinários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação da curva de tráfego.

No contexto de nossa auditoria, consideramos que as metodologias de avaliação, julgamentos e as premissas adotadas pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidas.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão (Notas 4 e 12)

Os contratos de concessão preveem a realização de investimentos relevantes para a construção e melhorias da infraestrutura necessária para a operação, que montaram R\$ 36 milhões no exercício de 2020.

Como a capitalização desses investimentos requer julgamento crítico da administração, e devido a relevância dos valores envolvidos, entendemos que este tema deve ser considerado como um dos principais assuntos em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para identificar e monitorar os gastos realizados para cada contrato de concessão e a correta classificação contábil em função da natureza dos respectivos gastos.

Realizamos procedimentos de reconciliação entre os controles internos elaborados pela Companhia e as informações registradas na contabilidade.

Adicionalmente, aplicamos testes documentais, onde analisamos os contratos e, em base amostral, inspecionamos as medições, as notas fiscais e os comprovantes de pagamento.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que julgamentos e critérios utilizados pela administração em relação a esse tema são consistentes e estão suportados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 21 de fevereiro de 2020, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base

contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Itaquaquecetuba – SP, 10 de março de 2021.

Rui Juarez Klein
Diretor Presidente

Luciano Louzane
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Itaquaquecetuba – SP, 10 de março de 2021.

Rui Juarez Klein
Diretor Presidente

Luciano Louzane
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores